

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 344/2015

O PRIMEIRO E O TREZE DE MAIO

Muito já se falou e consolidou em consenso sobre a vinculação das nossas grandes carências de hoje com o extenso prolongamento do abominável regime escravocrata durante o século XIX. Mas o treze de maio evoca a alegria da festa da emancipação que tomou o Rio naquele ano de 88 e remete, a cada ano, à meditação sempre renovada sobre aquele tema que empolgou o Brasil há pouco mais de 125 anos.

Já no debate político daquele tempo predominava o argumento da eficácia sobre as razões da ética: o escravo era imprescindível ao funcionamento da economia do País, e a Abolição determinaria a sua ruína. Só quando o argumento da eficácia foi sendo destruído pela demonstração de produtividade da lavoura paulista que usava trabalho assalariado de imigrantes é que as razões éticas e humanistas da Abolição tiveram condições de vencer. A política enaltece a ética, condena a corrupção, mas obedece sempre aos ditames da eficácia.

Mais meio século, a partir da emancipação, foi necessário para convencer a elite brasileira sobre a eficácia da educação formal universal, incluindo todas as raças, copiando o que a matriz cultural européia já fazia havia mais de um século. E só então, nos anos quarenta, com o Ministério da Educação recém-criado por Vargas, teve início o esforço nacional pela Educação, visando mais uma vez à eficácia mas, reconheça-se, também o ideal da justiça à família trabalhadora finalmente considerada. E buscando, ainda, a formação de uma cultura nacional brasileira que compreendesse a matriz africana. Pela primeira vez.

Já o Primeiro de Maio evoca a árdua luta dos trabalhadores assalariados do mundo inteiro contra os interesses do capital, a luta pelo salário, pelas condições de trabalho, pelo tempo de trabalho, a luta pela vida. Uma luta que conseguiu conquistas importantes: a vida do trabalhador de hoje não é mais aquela de 150 anos atrás, no tempo de Marx, quando não tinha nada a perder senão os grilhões. Conquistas de anéis para preservar os dedos que param, entretanto, ainda muito longe daquelas que poderiam ter sido obtidas proporcionalmente à evolução das técnicas de produção e da produtividade do trabalho. Mais uma vez, predominaram as razões forjadas pelo capital com fundamento na eficácia econômica segundo a sua perspectiva, segundo os seus interesses. A ética, a justiça, o humanismo têm que ceder perante a eficácia no funcionamento da economia à maneira que interessa ao capital, o fator dominante, como antes interessava aos senhores escravocratas. A eficácia sempre mais forte do que a ética.

Uma vez, na sabatina do Armínio Fraga no Senado, levantei esta questão e ele honestamente não entendeu, respondeu com um atestado da sua conduta ética particular. Uma jornalista especializada em economia também não entendeu e ironizou a minha questão. Porque a visão do capital é tão dominante que as pessoas naturalmente limitam seu pensamento dentro da perspectiva da eficácia segundo o capital, que é a de produzir mais e mais, o PIB, sem considerações a respeito da justiça na distribuição dessa produção, isto é, sem essas considerações de natureza ética. E depois clamam com indignação contra a corrupção.

Cai do céu, nesta altura, a citação feita por Istvan Meszaros no seu último livro (A montanha que devemos conquistar) de um panfleto anônimo que circulou na Inglaterra em 1821, bem antes de Marx, pouco antes da nossa Independência, que dizia (pag 96):

“Riqueza é tempo disponível e mais nada. Uma nação é verdadeiramente rica quando não há nenhum juro, ou quando se trabalha seis horas em lugar de doze”.

A Humanidade produziu a ciência e a técnica para que o trabalhador pudesse hoje produzir em seis horas muito mais do que produzia em doze naquele tempo. E pudesse dedicar mais tempo ao seu aperfeiçoamento profissional, cultural e humano, à sua família e ao seu lazer, à sua meditação, à sua religião e à sua vida. De doze horas naquele tempo, o trabalhador conquistou a redução para oito horas e parou: há cem anos, muito antes da fantástica multiplicação da produtividade.

A redução da jornada para seis horas seria hoje completamente factível; seria uma vitória memorável da ética humanística sobre a eficácia do capital. A impossibilidade é política porque a visão dominante na opinião pública continua sendo a do capital, da eficácia econômica do capital.

Desvalida-se a ética e, sem congruência, queixa-se da corrupção. Sem resultado: a corrupção cresce no mundo inteiro. E nem mais adianta queixar-se ao Bispo, que hoje já não defende o capital como defendia o latifundiário no tempo da escravidão.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturninobraga@saturninobraga.com.br
www.saturninobraga.com.br